

ATA DA 032ª SESSÃO ESPECIAL DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2025
EM HOMENAGEM AOS 70 ANOS DO
TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA - TCE/SC
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Boa noite, senhoras e senhores! Daremos início
a esta sessão especial em homenagem aos 70 anos do
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Convido as seguintes autoridades para compor a
Mesa:

Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do
Estado de Santa Catarina, Desembargador Francisco
José Rodrigues de Oliveira Neto;

Senhor Presidente do Tribunal de Contas do
Estado, Conselheiro Herneus João De Nadal;

Senhora Procuradora-Geral de Justiça do
Ministério Público do Estado, Dra. Vanessa
Wendhausen Cavallazzi;

Senhor Secretário da Casa Civil, Henrique de
Freitas Junqueira, neste ato representando o
senhor Governador do Estado Jorginho Mello.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, a presente sessão especial foi proposta
pelo Deputado Napoleão Bernardes e aprovada por
unanimidade pelos demais parlamentares em
comemoração aos 70 anos da criação do Tribunal de
Contas do Estado de Santa Catarina.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino
Nacional pelo Coral da Assembleia Legislativa do
Estado de Santa Catarina e pelo Coral do Tribunal
de Contas do nosso Estado, sob a regência do
maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo
institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

A Presidência registra com satisfação a
presença dos Deputados: Mauro De Nadal, Ivan
Naatz, Fabiano da Luz, Marcos Vieira, Napoleão

Bernardes, Rodrigo Minotto, Sergio Motta, Dr. Vicente Caropreso e Volnei Weber.

Registra ainda a presença do senhor conselheiro José Nei Ascari, vice-presidente do Tribunal de Contas; senhor conselheiro Luiz Eduardo Cherem; senhor conselheiro Aderson Flores; senhor conselheiro Adircélio de Moraes; senhor conselheiro substituto Gerson dos Santos Sicca; senhor conselheiro substituto Cleber Muniz Gavi; senhor procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas, Leandro Ocaña Vieira; senhora procuradora-geral do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal, Cibelly Farias; senhor conselheiro aposentado Otávio Gilson dos Santos; senhor conselheiro aposentado César Filomeno Fontes; senhor conselheiro aposentado Evângelo Diamantaras; senhor conselheiro aposentado Moacir Bertoli; senhor procurador-adjunto da Assembleia Legislativa, que também foi procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal, Márcio de Sousa Rosa; senhor procurador do Ministério Público de Contas, Laélío Luz; senhor procurador Sérgio Ramos filho; senhora presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado, Nair Rosa Passig; senhor defensor público-geral do Estado, Ronaldo Francisco; senhor secretário da administração, Rafael Martins, neste ato representando o senhor prefeito de Florianópolis, Topazio Neto; senhor conselheiro superior da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert, Ranieri Bertoli; senhor gerente jurídico, André Cordeiro, neste ato representando o senhor presidente da Federação das Indústrias - Fiesc; senhor presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina, José Sérgio da Silva Cristóvão; senhor presidente da NDTV, empresário Marcelo Petrelli. *[Transcrição: Northon]*

Neste momento, ouviremos o pronunciamento da Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Dra. Vanessa Wendhausen Cavallazzi.

A SRA. PROCURADORA VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI - Boa noite! Gostaria de começar me

dirigindo a todos os presentes nesse templo sagrado da democracia, começando pelo seu Presidente, Deputado Julio Garcia, em nome de quem, eu cumprimento todos os deputados aqui presentes. Deputado Julio, vossa excelência é um bastião da democracia catarinense, tanto pela tradição quanto pelo trato gentil, democrático, aberto a todas as articulações necessárias a fazer deste Parlamento o lugar onde as coisas devem ser debatidas, discutidas e decididas. Muito obrigada pelo convite e por estar aqui presidindo esta sessão.

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, meu amigo, meu juiz da infância de sempre, que bom tê-lo aqui também, em nome de vossa excelência cumprimento todos os juizes e juizas, desembargadores e desembargadoras presentes a este ato.

Presidente Conselheiro Herneus De Nadal, presidente do Tribunal, aniversariante, em nome de vossa excelência, cumprimento todos os conselheiros aqui presentes e vejo todos sentados neste Plenário. Vossa excelência preside um Tribunal de primeira estirpe.

Secretário da Casa Civil, representando hoje o Governador de Santa Catarina, receba também o meu carinho e o meu apreço pela função desenvolvida com tanto afinco por sua excelência, o Governador Jorginho Mello, em nome de vossa excelência, cumprimento todos os integrantes do Governo que têm assento neste Plenário.

Endereço um carinho especial, um abraço especial a um amigo de sempre, a um deputado de sempre e a um conselheiro de sempre, Deputado Gilson dos Santos, Conselheiro Gilson dos Santos, que se encontra neste Plenário, que foi a sua Casa por muitos e muitos anos, recebo o meu abraço mais carinhoso. Gostaria também de dar um abraço especial ao doutor Marcelo Petrelli, que representa todos os meios de comunicação e a pujança do jornalismo catarinense.

Queridos e queridas que se encontram neste Plenário para prestigiar um Tribunal que é

referência nacional. E hoje, quando dei entrevista aqui fora mesmo, fui questionada acerca de qual seria o significado desta celebração? E pensando sobre os serviços prestados pelo Tribunal de Contas do nosso Estado, eu não posso dizer, não posso deixar de deixar claro, de grafar em palavras garrafais que o nosso Tribunal é grandemente responsável, pela governança adequada que Santa Catarina tradicionalmente vem mantendo em suas contas públicas. Mais do que isso, esse Tribunal se preocupa em mais do que punir, em orientar seus prefeitos, orientar os agentes públicos no sentido de que saúde seja entregue a contento, no sentido de que violência doméstica seja minorada, no sentido de que possamos avançar em direitos que sejam entregues a todos os catarinenses. E nesse sentido, acabo verificando que o Deputado Ivan Naatz falava sobre isso justo agora. O Ministério Público e o Tribunal de Contas não deixam de ser irmãos na função de empurrar a história e implementar e acelerar a implementação de direitos sociais fundamentais. Portanto, todas as parcerias que o Ministério Público de Santa Catarina já efetuou e que vai efetuar no futuro, são parcerias que exaltam esses 70 anos de muitas entregas ao povo catarinense.

Por isso, gostaria de deixar a minha mensagem de profundo respeito e felicidade por ter no nosso Estado um Tribunal que contribui para que a Constituição Catarinense seja efetivamente colocada em prática todos os dias. Muito obrigada Tribunal de Contas, muito obrigada Presidente Herneus De Nadal, um homem visionário à frente do seu tempo e que tem feito deste Tribunal efetivamente um Tribunal da governança. Obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registramos a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE, Desembargador Carlos Alberto Civinski e o convidamos para fazer o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO CIVINSKI - Boa noite a todos! Prazer estar aqui, cumprimento nosso querido Presidente da Assembleia

Legislativa do Estado de Santa Catarina, senhor Deputado Julio Garcia, a quem cumprimento e cumprimento um amigo, vossa excelência tem sido nesses últimos anos um amigo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, aqui muito bem representado pelo Desembargador Francisco Rodrigues de Oliveira Neto, que também cumprimento e tenho certeza de que o nosso Presidente haverá de confirmar isso. Vossa excelência tem sido um amigo do Poder Judiciário de Santa Catarina e extensivo também ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Agradeço pela paciência, pela tolerância, inclusive para que fique aqui na Mesa de destaque, eu que estava presidindo sessão lá do Tribunal Regional Eleitoral, uma sessão importante que acabou há momentos, peço escusas aí pelo atraso. Cumprimento o Desembargador Francisco, meu querido presidente; excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Herneus João De Nadal, figura extraordinária, respeitada em todos os quadrantes do Estado e que também dirige a nossa Casa de Contas; a senhora Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, doutora Vanessa Wendhausen Cavallazzi, que acabou de fazer a sua saudação aqui também ao Tribunal de Contas e que também dirige o Ministério Público, órgão que nos orgulha tanto e que cujo reconhecimento vai muito além dos quadrantes do nosso país; senhor Secretário de Estado da Casa Civil, em exercício, doutor Henrique de Freitas Junqueira, neste ato representando senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho Mello, que também dirige o Estado de Santa Catarina, cumprimento vossa excelência e que leve um abraço ao Governador.

Cumprimento todas as senhoras e senhores que estão presentes aqui e aqueles que nos alcançam pelas redes aqui da Assembleia Legislativa, pelo YouTube e as redes sociais.

O Estado de Santa Catarina tem sido decantado em todos os quadrantes do Brasil, eu, como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, tenho participado de colégios de presidentes, antes

participei de colégios de corregedores de todo o Brasil, dos 27 estados e Distrito Federal e aonde se vai, Santa Catarina é sempre enaltecida pela excelência. Excelência de sua educação, excelência de sua segurança, excelência da prestação jurisdicional, os nossos projetos são sempre elevados a nível nacional, como é o caso do Fundo de Reaparelhamento, que inspirou o Brasil inteiro e que virou uma página do Tribunal, virou uma página da justiça, principalmente catarinense, a começar por aqui, de estar de pires na mão, independente do Governo do Estado, o próprio Ministério Público também adotou depois o fundo, faz parte do nosso fundo. O Governo do Estado também recebe, mas, enfim, exportamos projetos que organizam o Estado e organizando o Estado, acaba organizando também a sociedade brasileira.
[Transcrição: Guilherme]

Só que aqui nós aplicamos de forma efetiva a legislação, o nosso povo é obediente, os nossos meios de comunicação cumprem a sua missão de bem informar e de cobrar, os deputados da Assembleia cumprem a sua missão, os membros do Tribunal de Contas cumprem a sua missão, os membros do Tribunal de Justiça cumprem a sua missão, o Ministério Público fiscaliza com eficiência, de modo que o nosso Estado acaba sendo um diferencial.

E como é prazeroso, senhor Presidente, desta augusta Casa, viajar e ver o reconhecimento dos seus pares. Tenho certeza de que o desembargador Francisco, guindado à Presidência do Consepre, que é o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do país, reconhece isso. E não só isso, o reconhecimento é pela capacidade do desembargador Francisco, mas também é um reconhecimento pelo Estado de Santa Catarina. Eu mesmo ocupo a Vice-Presidência do Coptrel, que é o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais do Brasil e, portanto, consigo sentir isso efetivamente.

Então, quero dizer que nesses últimos 80 anos que nós completamos outro dia, a reorganização da justiça eleitoral, ajudou muito a democracia catarinense e brasileira nesse período, também

estamos aqui a comemorar os 70 anos do Tribunal de Contas, que é para nós motivo de muita segurança. Nós vemos, de um modo geral, pelo Brasil problemas sempre nos Tribunais de Contas, inclusive federais, enfim, mas não vemos aqui em Santa Catarina porque naturalmente os nossos conselheiros e todo o estafe cumpre a sua missão constitucional.

Então eu queria, senhor Presidente, nesta augusta Casa, cumprimentar vossa excelência pela iniciativa de comemorar esses 70 anos do Tribunal de Contas. Dizer que o Tribunal Regional Eleitoral homenageia também aqui o Tribunal de Contas, na pessoa do nosso querido Presidente Herneus De Nadal e que o Tribunal continue nos próximos anos cumprindo a sua missão, porque assim cumprirá uma missão constitucional e colocando o norte a todos os nossos Poderes, aos entes que são fiscalizados. E tenho certeza de que todos nós ganharemos com isso, especialmente a sociedade catarinense.

Parabéns, Presidente Deputado Julio Garcia, por esta iniciativa. Nós estamos aqui a aplaudir o Tribunal de Contas e toda a sua estrutura pela missão importante que cumpre em Santa Catarina. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra, o senhor Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, Desembargador Francisco de Oliveira Neto.

O SR. PRESIDENTE DESEMBARGADOR FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO - Boa noite a todos e a todas! Inicialmente, saúdo o Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa, na pessoa de vossa excelência, saudar todo o Poder Legislativo, os deputados e deputadas desta Casa, todo o corpo funcional da Assembleia Legislativa. E me permitam aqui também na sua pessoa, saudar os ex-presidentes do Tribunal de Contas. Vossa Excelência foi Presidente daquela Corte, eu vejo aqui vários ex-presidentes, nomes que atravessam os anos e os tempos na construção, desde a fundação do Tribunal de Contas e que hoje aqui comparecem não só em seus nomes, mas também representando todos aqueles que passaram por

aquela instituição. Saudar também o Presidente Herneus De Nadal, também ex-deputado aqui desta Casa, dizer o que sempre digo para vossa excelência em todas as oportunidades que tenho de ocupar a tribuna e usado o microfone na sua presença, sempre fui alguém que acompanhou a política do nosso Estado. Sempre acompanhei as boas histórias, vivências e convivência com aqueles que ajudaram a construir o nosso Estado de Santa Catarina. Vossa Excelência é uma dessas pessoas, razão pela qual eu tenho um enorme orgulho de na Presidência do Tribunal de Justiça ter dividido a Mesa com vossa excelência, conversando, dialogando e pensando naquilo que é a missão das nossas instituições e do nosso Estado de Santa Catarina.

Desembargador Carlos Alberto Civinski, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e um dos destacados integrantes e membros do nosso Tribunal; querida amiga também Vanessa Wendhausen Cavallazzi, procuradora-geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, a grande chefe do Ministério Público do nosso Estado, também é uma Instituição que faz história a cada dia e que constrói um belíssimo futuro; secretário em exercício da Casa Civil, Henrique Junqueira, que representa o Governador do Estado e toda a estrutura do executivo; senhoras e senhores, deputados e deputadas estaduais, conselheiros, representantes do Ministério Público Especializado de Contas, servidores e servidores do Tribunal de Contas.

Rapidamente, apenas dar aqui um testemunho e o meu depoimento. Primeiro, o depoimento institucional, representando o Tribunal de Justiça, que é quem efetivamente comanda o Poder Judiciário de Santa Catarina para dizer aquilo que já foi dito aqui, no dia de hoje, mas que é importante reafirmar: As nossas histórias, elas são unidas, mas elas são unidas por propósitos, por excelência, por reconhecimento das funções que compete a cada um de nós e a todos nós. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é um parceiro do Tribunal de Justiça, mas não no uso

apenas da palavra, mas na realidade, materialmente, não só formal, mas no conteúdo. No conteúdo de modo que nós temos inúmeras atuações em conjunto e uma delas, mais recentemente, na questão tocante à execução fiscal. E quando se fala em execução fiscal, nós não estamos falando aqui, única e exclusivamente, da situação que diz respeito a quem deveria pagar IPTU e não paga, quem deveria pagar o IPVA e não paga, a quem deveria recolher acertadamente o ICMS e não o faz, não estamos falando aqui de cobrança de tributos. No caso do Poder Judiciário de Santa Catarina, nós estamos falando de um redirecionamento gigantesco de força de trabalho. É disso que nós tratamos. Nós estamos tratando de 21 mil execuções fiscais que poderiam estar sendo ajuizadas todo o mês e isso caiu para sete mil execuções fiscais. Nós estamos falando de justiça tributária. Nós estamos falando de 3,1 milhões processos, que caiu para 2,8 milhões. Nós estamos falando de 275 mil ações a menos. Resultado de um forte direcionamento na jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal, de um forte direcionamento da jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça e de um forte direcionamento a partir do Conselho Nacional de Justiça, que determinou algo que nós poderíamos não ter ouvido adequadamente ou que nós poderíamos trabalhar aquilo para resultar em novo redirecionamento da nossa força de trabalho. Foi o que a gente fez, porque isso o Tribunal de Contas soube compreender, como nós também soubemos compreender, na medida em que nós reduzimos 280 mil ações, no total 275 mil, para ser mais exato, em execuções fiscais, isso significa que nós podemos ser demandados em outras 275 mil ações que digam respeito a questões de família, a questões de infância e juventude, a questões contratuais, a questões possessórias, ou seja, nós redirecionamos a nossa força de trabalho. É isso que nós temos feito, essa foi uma das principais parcerias que nós tivemos. Ainda destaco, para terminar, o depoimento no que diz respeito à forte orientação na questão da execução orçamentária, do efetivo controle do gasto público e da transparência em

relação a isso, que é algo que tem que ser ilimitado. Transparência não pode ter qualquer tipo de limite. E é isso que fazemos, especialmente, vejo o Petrelli, o Renieri, nas pessoas deles, quero ressaltar isso que é dessa forma que nós lidamos, é dessa forma que o Tribunal de Contas nos incentiva.

E, por fim, o depoimento pessoal daquele que tem um enorme respeito por todo o conjunto do Tribunal de Contas, por tudo aquilo que o Tribunal de Contas representa e do imenso orgulho que tive e ainda tenho mais um período a cumprir na Presidência do Tribunal de aprendizado em relação a todos os conselheiros à Presidência e com todos os servidores com quem muito dialogamos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra o eminente Deputado Napoleão Bernardes, que tem procuração dos demais deputados para fazê-lo, representando-os. *[Transcrição: Taquígrafa Rubia]*

O SR. DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES - Caríssimo, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Julio Garcia, que também foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e seu Presidente e segue como conselheiro, conselheiro de todos nós, deputados estaduais, já que é o nosso líder e o nosso condutor, e obrigado pela deferência da palavra e por parte dos demais colegas deputados. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Francisco Oliveira Neto, meu professor na graduação e muito em breve examinador da banca de doutorado; presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sete décadas, 70 anos, instituição homenageada da noite, Herneus De Nadal; procuradora-geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, doutora Vanessa Cavallazzi; presidente do TRE, a casa da cidadania, desembargador Carlos Alberto Civinski; e representando o Governador do Estado Jorginho Mello, secretário adjunto da Casa Civil, Henrique Junqueira. Cumprimento com muito carinho os colegas deputados, já agradecendo a deferência

honrosa da palavra; conselheiros, vice-presidente, conselheiros substitutos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; conselheiros aposentados, servidores, técnicos e todos aqueles que nos acompanham aqui em Plenário.

As cortes de contas são instituições essenciais da própria República e em favor da promoção e salvaguarda da própria democracia. E o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina simboliza com excelência essa constatação, que é político-jurídica, uma vez que ao longo dessas sete décadas vem exercendo com profundo e exemplar zelo e comprometimento a missão constitucional que lhe é permanente e das mais caras missões constitucionais que há, que é garantir que o recurso público seja plenamente e efetivamente direcionado à finalidade pública. Isso é da essência da democracia e da própria República.

O controle externo, portanto, é muito mais do que um próprio mandamento constitucional, é um instrumento concreto da cidadania, uma vez que melhora na prática das pessoas. Na vida cotidiana, na vida da comunidade, para cada pessoa dentro da sua necessidade, há um tema que é a prioridade das prioridades. Na administração pública, nós vivemos um paradoxo, as prioridades são exatamente relativas, na medida em que cada um, porta para si, a maior das necessidades. Portanto, a missão precípua do Estado é a qualificação permanente da gestão pública para que otimize ao máximo os recursos e possa dar conta ao máximo das demandas que são ilimitadas dentro de um cenário de recursos limitados. Mas, o controle externo também é um pilar estratégico e extraordinário da própria conformação do Estado democrático de direito. Primeiro, porque dá limite ao poder; segundo, porque confere legitimidade à ação pública; e terceiro, e tão importante quanto proteger um bem que é sagrado para a proteção da democracia - a confiança em relação às instituições públicas e a estabilidade em relação aos Poderes.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, cumprindo com zelo a sua missão

constitucional, também é pioneiro e vanguardista em relação a transfigurar o seu próprio paradigma e se configurar como o Tribunal da Governança Pública, aliás, uma nova categoria alçada a direito fundamental, porque o bom controle público não é apenas aquele fiscalizador, mas sim aquele que traz consigo um olhar preventivo, pedagógico e educativo. É o controle e o bom controle, fruto da visão do Tribunal da Governança Pública, que orienta, antecipa-se e, inclusive, ajuda a fazer o certo antes que dê errado. Essa é a razão para o bom controle e a boa administração pública serem alçados, inclusive a uma nova categoria de direitos fundamentais, porque é exatamente a boa administração pública que tem o condão de materializar a concretude desses direitos fundamentais.

Assim, finalizando, o Tribunal de Contas do Estado, nesses 70 anos, tem cumprido uma profecia iluminada de Rui Barbosa, de que transparência e ética não são e nem podem ser acessórios do Estado, mas são essenciais à atividade estatal. E esse bom controle é a garantia da igualdade de oportunidades, porque protege o contribuinte, o cidadão e a própria sociedade. O nosso Tribunal para o orgulho de todos nós, catarinenses, consolida-se como Tribunal da Governança Pública, que vai além da frieza dos números e das planilhas, mas que analisa a concretude das políticas públicas, a efetividade do seu alcance e exatamente aquilo que cada servidor público deve ter a razão precípua do seu trabalho, o impacto real na vida concreta do cidadão. Esse controle é moderno, é qualitativo e é construtivo, portanto, é um parceiro da boa gestão por fomentar as boas práticas, fortalecer os gestores responsáveis e reconhecer o mérito.

Celebrar os 70 anos do Tribunal de Contas é celebrar o próprio amadurecimento da democracia catarinense, essa é uma missão que nunca envelhece, é uma missão sempre atual e absolutamente necessária, porque a boa gestão dos recursos públicos é o alicerce para o Estado próspero, justo, eficiente e humano, como Santa

Catarina é e com o apoio do Tribunal de Contas, sempre será. Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A seguir, convido o mestre de cerimônias para conduzir a entrega das homenagens.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Búrigo) - Senhoras e senhores, boa noite! Neste momento, o Poder Legislativo catarinense celebra os 70 anos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, instituição pública de envergadura constitucional que, ao lado dos demais Poderes e órgãos autônomos, compõe a estrutura do Estado Democrático de Direito.

Criado em 1955, o Tribunal exerce a jurisdição de contas em todo o território catarinense, tendo como função o controle externo da administração pública. Híbrido, em sua essência, é responsável pela fiscalização contábil, financeira, operacional, orçamentária e patrimonial, além de acompanhar a gestão dos recursos públicos. Dotado de autogoverno, atua de forma autônoma e independente, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a responsabilidade na aplicação dos recursos do povo catarinense.

Ao longo destas sete décadas, o Tribunal tem se reinventado diante dos desafios sociais e tecnológicos, ampliando a sua atuação para além da mera análise de contas. Com a consciência crítica, racionalidade e inovação, busca ser um agente de transformação, promovendo conhecimento, a eficiência, a transparência na gestão pública. Assim, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina afirma-se como um autêntico Tribunal da Governança Pública, comprometido com a boa gestão, a responsabilidade fiscal e o fortalecimento da democracia.

Para fazer a entrega da homenagem desta noite, convidamos o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Julio Garcia, acompanhado dos deputados que se fazem presentes aqui na sessão.

Em celebração aos 70 anos de história, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem em sessão

solene ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Para receber a homenagem,
representando a instituição, convidamos o senhor Presidente, conselheiro Herneus João De Nadal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O Poder Legislativo catarinense, em celebração aos 70 anos de história, reconhece e presta a devida homenagem ao TCE/SC, representado aqui pelo Presidente, conselheiro Herneus De Nadal e, participando também deste momento histórico, os conselheiros que compõem o Tribunal e se fazem presentes.

Lembramos que essa sessão é transmitida ao vivo pela TVAL, pelo canal da Assembleia Legislativa no YouTube onde ficará disponível para posterior visualização. Além disso, todos os registros fotográficos estarão, a partir de amanhã, disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O link para acesso vocês encontram no nosso Instagram @assembleiasc. Acompanhem por lá as novidades e os bastidores do Parlamento catarinense.
[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]

Neste momento, senhoras e senhores, dando seguimento à nossa sessão, nós convidamos a todos a acompanharem a interpretação da canção: *Certos Amigos*, composição de Daniel Lucena, com arranjo de Joed Jeffer, interpretado pelo Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em conjunto com o coral do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sob regência do maestro Giovanni Cascais Pacheco.

(Procede-se à interpretação da canção.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra, o senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, eminente conselheiro Herneus João De Nadal.

O SR. PRESIDENTE CONSELHEIRO HERNEUS JOÃO DE NADAL - Ao assomar esta tribuna e quando a linha

do tempo nos alcança, impossível é não recordar. E é desta forma que faço a primeira referência e estendo o abraço e o cumprimento ao Presidente Deputado Julio Garcia, que também já presidiu o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e de quem tive a grande alegria de exercer consigo na época contemporânea, na nossa legislatura, o elevado cargo que me foi proporcionado de vice-presidente. O que também me permitiu e fez com que em grandes eventos, pudéssemos estar juntos, ouvindo e levando adiante expectativas, sonhos e anseios da população do nosso Estado. E foi assim há duas décadas, em que o Presidente Julio Garcia me permitiu conduzir a sessão. A sessão em que foi aprovada a lei que destinou as Apaes do Estado de Santa Catarina, valores expressos no nosso orçamento para que pudéssemos aliviar as dores e as dificuldades daquelas famílias e daquelas pessoas que sabem mais do que ninguém, precisam do nosso apoio, da nossa atenção, do carinho e do cuidado. Então, faço esse registro Deputado Julio Garcia ao tempo em que cumprimento os deputados: Napoleão Bernardes, Volnei Weber e o Rodrigo Minotto, que estão presentes aqui neste momento.

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, que ocupa para a alegria de todos os catarinenses espaços extremamente importantes, o primeiro deles na condução séria, competente, responsável do Poder Judiciário de nosso Estado, junto também exerce a presidência do Colegiado de Presidentes dos Tribunais de Justiça de nosso país. Mas, não só isso, agora também acumula que com certeza faz com que todos nós possamos reconhecer e aplaudir a sua desenvoltura na conduta como um líder nessas diversas áreas, agora também de presidentes do Fundo de Reparelhamento do Conselho Nacional de Justiça. Faço essa referência, destacando aqui a qualidade das decisões que o Judiciário de Santa Catarina tem oferecido não só para a população, o cidadão do nosso Estado, mas também como exemplo para o nosso país.

Faço aqui uma referência toda especial a Procuradora-Geral do Ministério Público, Vanessa

Cavallazzi, com quem nós temos como órgão de controle irmão, nós temos uma relação profícua de trabalho, com termo de cooperação com ações conjuntas, a exemplo do Poder Judiciário, que fazem e quem procura com que o cidadão de Santa Catarina possa receber daqueles que institucionalmente os representa ações importantes para o seu dia a dia e no controle.

Secretário de Estado adjunto da casa civil, Henrique Freitas Junqueira, que representa aqui o Governador Jorginho Mello, uma alegria grande tê-lo aqui conosco.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral TRE, Desembargador Carlos Alberto Civinski, que com serenidade maestria, conduz os destinos da nossa Justiça Eleitoral de uma forma extremamente acertada que corresponde, com certeza, à expectativa de todos nós. *[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

Quero enumerar os meus colegas conselheiros que estão aqui, citar e referir: o vice-presidente, conselheiro José Nei Ascari; o corregedor-geral do nosso Tribunal, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior; o conselheiro Luiz Eduardo Cherem, Dado Cherem; o conselheiro Aderson Flores; o conselheiro Gerson dos Santos Sicca; o conselheiro Cleber Muniz Gavi; a procuradora-geral do Ministério Público junto ao nosso Tribunal, Cibelly Farias; o procurador-geral adjunto de Contas, Sérgio Ramos Filho; o procurador de Contas, Leandro Vieira; e os nossos conselheiros do Tribunal de Contas de ontem, de hoje e de sempre: o conselheiro Moacir Bertoli, o conselheiro César Filomeno Fontes e o conselheiro Otávio Gilson dos Santos, também contemporâneo na atividade extremamente complexa de representar a sociedade catarinense aqui no Parlamento.

Se me permitem, em nome do procurador, agora já na inatividade, procurador Márcio de Sousa Rosa, quero cumprimentar todos os integrantes do Ministério Público que estão aqui presentes. Quero fazer, senhores, uma referência toda especial ao primeiro servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que está aqui conosco, Evângelo

Spyros Diamantaras, conselheiro substituto do nosso Tribunal de Contas, numa vida longa, dedicada ao serviço público e ao Tribunal de Contas.

Servidores, diretores, meus parceiros e colaboradores, meus parceiros de trabalho que se encontram aqui na tarde de hoje, familiares, senhoras e senhores, a imprensa e faço um destaque especial ao querido e estimado amigo Marcelo Petrelli e ao Ranieri Bertoli.

Amigos, procurei sintetizar uma manifestação, até porque, se der continuidade às divagações que iniciei, com certeza ouviremos muitas histórias, mas teremos um público cada vez mais diminuto a nos acompanhar. Então, passo aqui, amigos e amigas, a fazer esta minha singela oração.

É com grande satisfação institucional e profundo sentido de responsabilidade que celebramos hoje, neste Parlamento, os 70 anos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Sete décadas de atuação fundamentada na dedicação de servidores, conselheiros, conselheiros substitutos, membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, diretores e colaboradores que ajudaram a construir uma instituição sólida, respeitada e comprometida com a sociedade. Desde a sua criação, o Tribunal de Contas de Santa Catarina tem honrado sua autonomia e independência, condições indispensáveis para um controle público firme e imparcial. Essa independência é uma garantia da sociedade, permitindo que o Tribunal atue com segurança e responsabilidade, sempre pautado pelo interesse público.

O Tribunal de Contas atua em harmonia com os Poderes do Estado e com os demais órgãos de controle, especialmente o Ministério Público, as controladorias e as instituições que integram o sistema de fiscalização. Esse conjunto contribui para o equilíbrio institucional e para a proteção do Estado Democrático de Direito. O Tribunal de Contas tem se destacado pela atuação preventiva, orientadora e concomitante, baseada em tecnologia, inteligência de dados e aproximação com os

gestores. Esse enfoque contribui para evitar falhas e melhorar a execução de políticas públicas, mas prevenir não elimina o dever de responsabilizar. Quando as irregularidades se comprovam, o Tribunal exerce plenamente suas competências coercitivas e sancionatórias, sempre buscando proteger o interesse coletivo de forma justa e proporcional. Prevenir e corrigir são partes de uma mesma missão: proteger o patrimônio público e os direitos da população.

Desejo registrar, de modo especial, o valor da contribuição dos meus parceiros, colegas, conselheiros, membros do Ministério Público e, sobretudo, dos servidores e servidoras, ativos e inativos. Ao longo de 70 anos, foram essas pessoas, cada qual no exercício de suas atribuições, que garantiram continuidade, qualidade técnica e credibilidade ao Tribunal. São elas que analisam, constroem, fundamentam e executam, com responsabilidade e discricão, o trabalho que sustenta o controle externo em nosso Estado. A elas, externamos nosso reconhecimento e respeito, com a clareza de que o Tribunal só alcança este momento histórico porque foi e continua a ser construído por muitas mãos. A todos, meu mais profundo reconhecimento e gratidão.

Não poderia, Presidente Julio Garcia, deixar de destacar nesta sessão, o papel fundamental da Assembleia Legislativa, instituição parceira histórica do Tribunal de Contas. O Parlamento representa a vontade popular; o Tribunal, a técnica e a legalidade que asseguram a boa governança. Essa relação é exemplo de cooperação e harmonia entre os Poderes, indispensável ao equilíbrio institucional do Estado e à consolidação da democracia. Agradecemos, pois, à Assembleia Legislativa pela confiança constante, em especial por esta homenagem que enaltece o controle externo e o serviço público de nosso Estado.

Celebrar os 70 anos do Tribunal de Contas de Santa Catarina é reafirmar o compromisso desta instituição com o Estado Democrático de Direito. A

democracia se fortalece quando os recursos públicos são corretamente aplicados, quando há transparência e quando as instituições atuam com responsabilidade. O Tribunal de Contas exerce essa função com equilíbrio e firmeza, garantindo que as políticas públicas se convertam em benefícios reais à população.

O futuro exigirá ainda mais ética, transparência, modernização e sensibilidade na gestão pública. O Tribunal seguirá investindo em tecnologia, capacitação contínua, inteligência de dados e melhoria dos processos de controle, sempre preservando sua independência e seu compromisso com a população. *[Transcrição: Jênifer]*

Agradeço, de maneira especial, ao Coral do Tribunal de Contas e ao Coral da Assembleia Legislativa que abrilhantam esta solenidade com vozes uníssonas e simbolizam a harmonia institucional que vivenciamos em Santa Catarina.

Senhoras e senhores, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina chega aos 70 anos reafirmando a sua missão de órgão independente, responsável e essencial ao serviço público. Que esta celebração fortaleça em todos nós o compromisso com a probidade administrativa, com a boa governança e com a cidadania. E para concluir, retorno a Montesquieu, que nos ensina: "A justiça é a primeira virtude das instituições." Que esta virtude continue guiando o Tribunal de Contas em sua trajetória de serviço ao povo catarinense, com equilíbrio, responsabilidades e esperança no futuro. Obrigado pelo carinho. Obrigado pela atenção dos senhores, boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Senhor Dr. Francisco de Oliveira Neto, eminente presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; senhor conselheiro Herneus De Nadal, presidente do Tribunal de Contas do nosso Estado; senhor Henrique Junqueira, secretário da Casa Civil, neste ato representando a sua excelência o Governador Jorginho Mello; senhora procuradora-geral de justiça, Vanessa Wendhausen Cavallazzi; senhor presidente do TRE de Santa Catarina, desembargador Carlos Alberto Civinski;

quero saudar todos os conselheiros aqui presentes que fazem parte da composição atual do Tribunal: José Nei Ascari, Adircélio de Moraes, João Aderson Flores, Dado Xerém; cumprimentar os conselheiros substitutos: Cleber Muniz Gavi e Gerson dos Santos Sicca; a procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Cibelly Farias; cumprimentar todos os servidores do Tribunal, os conselheiros aposentados que ainda estão conosco: Gilson dos Santos, César Fontes e Moacir Bertoli; Quero fazer uma homenagem toda especial, uma homenagem póstuma a aquele que foi um grande conselheiro que tivemos a honra de conviver, conselheiro Salomão Antônio Ribas Júnior; cumprimentar as demais autoridades a todos os presentes e dizer que fazer um discurso nesse momento seria cansativo e repetitivo, tão cansativo quanto repetitivo, mas eu não posso me furtar e não seria justo, tendo passado pelo Tribunal de Contas na condição de conselheiro, tendo sido seu presidente, eu não poderia deixar de aqui minimamente dar um testemunho do que foi a minha passagem no Tribunal.

Quero dizer queridos amigos, Deputado Rodrigo Minotto, querido amigo Deputado Volnei Weber, querido amigo Deputado Napoleão Bernardes, que foi uma experiência das mais fantásticas. Foi um aprendizado, pude testemunhar um corpo técnico extremamente preparado. Um corpo técnico que age com público que procura fazer o melhor para dar a Santa Catarina a sua contribuição fazendo com que esse Estado seja realmente um Estado diferente. E certamente, por tudo isso, pela contribuição dessas instituições, de modo especial pelos seus servidores, nós somos um Estado diferenciado. E por isso vivemos momento de harmonia onde as instituições, acima de tudo, se respeitam. As instituições não invadem umas às outras, cada um cuida daquilo que é a sua tarefa e a sua a sua atribuição. Por isso eu desejo nesta homenagem que a Assembleia Legislativa presta ao Tribunal de Contas, no seu septuagésimo aniversário, expressar a minha mais profunda gratidão pela acolhida que tive naquela Corte de Contas e pelo que eu aprendi a conviver na colegialidade, a conviver na

divergência, a conviver também na convergência, mas acima de tudo, eu quero ressaltar que aprendi muito na minha passagem pelo Tribunal de Contas e isso têm me ajudado muito na continuidade da minha vida pública.

Portanto, ao Tribunal de Contas, aos seus membros, aos seus servidores, o meu mais profundo agradecimento e a minha homenagem nesses 70 anos de relevantes serviços prestados ao Estado de Santa Catarina, na orientação e na fiscalização, na prevenção e na correção. Esse é o papel do Tribunal e que tem sido exercido com altivez à altura das tradições do Estado de Santa Catarina. Muito obrigado!

A Presidência agradece a presença de todas as autoridades e de todos aqueles que nos honraram com seu comparecimento nesta noite.

Convoco sessão ordinária para amanhã, em horário regimental. Após ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo Coral da Assembleia Legislativa e pelo Coral do Tribunal de Contas, sob a regência do maestro Giovane Cascaes Pacheco estará encerrada a presente sessão especial.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Está encerrada a sessão. [*Transcrição: Yasmim*]
(Ata sem revisão dos oradores.)